

## **SOBRE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E HISTÓRIA ORAL: QUESTÕES TEÓRICAS, METODOLÓGICAS E ÉTICAS**

**Diana Gonçalves Vidal**  
*FEUSP*

A História Oral tem sido frequentemente convocada por pesquisadores e pesquisadoras em História da Educação para oferecer subsídios à compreensão de como os sujeitos produzem suas identidades e constituem sentidos à sua atuação na esfera educacional. Esse entrelaçamento emergiu nos anos 1980 em virtude de uma decidida virada antropológica, associada a uma nova interpretação sobre a cultura em sua relação com a sociedade, que impactou a produção em Ciências Humanas em geral e a Educação em particular. Sem pretender realizar uma análise exaustiva das questões que o recurso a fonte oral suscita para a História da Educação, a presente intervenção, construída a partir de minha experiência de pesquisa, pretende discorrer sobre desafios teóricos, metodológicos e éticos enfrentados pela investigação e por sua socialização por meio da escrita de textos acadêmicos.

### 1. Desafios teóricos

Se o recurso à subjetividade não é consensual no meio científico; atualmente o desconforto com os materiais orais, as narrativas pessoais e os relatos de experiência é muito menor do que há 40 anos. Progressivamente se foi instalando na academia o reconhecimento da complementaridade das fontes (escritas e orais) e dos modelos de interpretação (quantitativo e qualitativo), permitindo, inclusive, a emergência de uma ampla gama de metodologias de coleta e produção de informações, como história oral, história oral temática, história de vida, narrativa autobiográfica, tradição oral dentre outras; bem como de aproximações teóricas, apoiadas nos mais diversos campos do saber, como História, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Filosofia, tomados disciplinar ou multidisciplinarmente.

Nesse movimento, tanto os sujeitos investigados, quanto os próprios sujeitos da investigação passaram a figurar sob a lente da crítica acadêmica, impondo considerações acerca da natureza da construção do saber científico no ramo das Ciências Humanas (mas não apenas). Da subjetividade da fonte à subjetividade do pesquisador ou pesquisadora: este tem sido o

caminho trilhado no último meio século, suscitando cada vez mais a preocupação com o entrelaçamento entre história, cultura e sociedade na conformação das individualidades humanas. Ao mesmo tempo, tem levado pesquisadores e pesquisadoras a se interrogarem, como Bourdieu (1996), se a unidade biológica pode assegurar a constância, através do tempo e dos espaços sociais, da unicidade do sujeito.

A questão abrange pelo menos três matizes. O primeiro, mais imediato e mais frequentemente abordado, refere-se à veracidade dos relatos tratados como fonte, instigando a confrontação do documento oral à documentação escrita. Por vezes, acena, como demérito, a falibilidade da memória ou a intencionalidade do depoente. Aceitando o confronto e assumindo a fragmentalidade e parcialidade como características inerentes à memória, autores, como Alessandro Portelli (1997, p. 32), têm defendido a diferente credibilidade das fontes orais, sinalizando para o fato de que “afirmativas ‘erradas’ são ainda psicologicamente ‘corretas’ e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto os registros factuais confiáveis”. Cabe ao investigador e à investigadora compreender seu valor para o indivíduo ou coletividade estudada.

O segundo matiz, presente em discussões que extrapolam esta área de pesquisa, concerne à percepção de que as interpretações científicas envolvem fatores subjetivos como erudição e sensibilidade do pesquisador e pesquisadora; bem como remetem à sua posição no campo, aos cânones disciplinares que respeita e ao lugar de onde profere seu discurso. Tais alertas foram enunciados por, dentre outros, por Michel de Certeau (1982) e Pierre Bourdieu (1994). Nesse aspecto, cada vez mais têm sido constantes o reconhecimento da impossibilidade da neutralidade científica e a assunção do caráter parcial das inteligibilidades constituídas na academia.

O terceiro matiz remete à tendência a afirmar o depoimento como memória. No campo das oposições relaciona-se história ao tratamento majoritário com a fonte escrita e história oral ao trabalho com a memória. Essa elaboração permite a pesquisadores e pesquisadoras conceberem a história oral como a possibilidade de tornar a história mais democrática, porque introduz em seu repertório o viés dos excluídos e das excluídas. Se por um lado, a fonte oral trouxe à história um aumento de seu repertório, por outro não foi a única a fazê-lo, nem sozinha pôs em xeque as análises historiográficas. O crescimento dos objetos e dos problemas no campo

histórico se deu à parte do ampliação do conceito de fontes que, já nos anos 1960, incluía não apenas os registros orais como os fotográficos e iconográficos, dentre outros.

Assumir a história oral como condição de democratização da história significaria restringir essa democratização à história do tempo presente, uma vez que estamos presos à longevidade dos depoentes. E nos eximiria das discussões da teoria da história, posto que ao fazer uso de uma fonte democrática por natureza, estaríamos libertos dos problemas da análise historiográfica.

Na relação entre memória e história, as considerações de Pierre Nora e o exaustivamente citado texto de Jacques Le Goff podem ser convocados novamente. Ao discorrer sobre os lugares da memória, Pierre Nora comenta: fala-se tanto em memória porque ela não existe mais, apenas resiste em alguns lugares, como os arquivos, na condição de documentos, à espera do olhar do historiador. De uma certa forma, autoriza Nora a assumir documento como memória. No entanto, tal aproximação se dá a partir de uma noção de memória já esvaziada de sua função social de construção de identidade coletiva e individual. É a memória que se pendura em objetos, fragmentada.

Por outro lado, os depoimentos, como documentos, não podem deixar de ser percebidos como *monumentos*, na concepção de Le Goff, como resultado da montagem de uma época e de uma sociedade que os produziram e, portanto, devem ser criticados interna e externamente, como falas que assumindo a impossibilidade de *resgatar* o passado, contentam-se em produzir-lhe significados *autorizados* pelo presente. Assim, não revelam a *identidade* do depoente, mas a(s) identidade(s) que constrói no momento da entrevista, pretendendo *dar sentido* às experiências passadas.

## 2. Desafios metodológicos

Esta construção no momento da entrevista, no entanto, não se dá sem presença do pesquisador ou pesquisadora e do aparato tecnológico, seja ele gravador ou filmadora. Assim, nem sempre evidenciado nos estudos, mas igualmente importante, o pesquisador ou pesquisadora é parte integrante da entrevista. O fato de decidir o universo da investigação, de escolher os temas e pessoas incluídas na pesquisa, de elaborar as interrogações, de dirigir as

situações de coleta e produção de documento, e mesmo, de utilizar seu prestígio social (membro da universidade) para obter a colaboração de depoentes (além da circunstância de portar outros signos decifrados diversamente pelos informantes como idade, sexo, modos de se vestir e comportar), coloca o pesquisador ou pesquisadora, como diria Portelli (1997, p. 38), dentro da narrativa, tornando-o parte da história contada.

O relato não emerge da necessidade individual do sujeito investigado, mas como resposta à situação de pesquisa criada pelo investigador ou investigadora. A consideração não invalida a metodologia de coleta e produção de dados, nem inviabiliza as análises. Alerta apenas para as especificidades do documento oral, construído, pelo menos, na relação entre duas pessoas e mediatizado por um aparato tecnológico que permite sua persistência no tempo (ou que seja o legado de uma mensagem para o futuro), outra dimensão nem sempre percebida no âmbito das investigações mas que impacta a construção do depoimento por parte do entrevistado ou entrevistada.

Se ao serem registrados, os depoimentos atingem a mesma estabilidade do documento escrito, é forçoso lembrar que nem a memória, nem a interpretação científica são estáveis. Novamente instados a relembrar ou narrar, os informantes, em situações diversas de pesquisa e diante de novos pesquisadores ou pesquisadoras, construirão outros relatos. Da mesma forma, os investigadores ou investigadoras ao retomarem, anos depois, o material coletado ou ao ampliarem o universo de estudos tenderão a produzir novas análises. As diversas temporalidades dos sujeitos e os diferentes espaços sociais que frequentam nos levam a crer na pertinência do questionamento de Pierre Bourdieu (1996) acerca da ilusão biográfica.

### 3. Desafios éticos

A discussão sobre as questões éticas da investigação com o recurso à história oral não são novas. Em geral remetem ao compromisso do pesquisador com o cuidado com os procedimentos de transcrição, com a autorização pelo depoente para uso do material transcrito e com a justeza das análises. No entanto, nos dias atuais, os debates que antes estavam restritos ao âmbito das Ciências Humanas têm se confrontado com as exigências advindas do campo das Ciências Biológicas. Os protocolos da Plataforma Brasil têm norteado os procedimentos de



V Seminário Internacional  
de Pesquisa e Estudos Qualitativos

Foz do Iguaçu, 30 e 31 de Maio e 1 de Junho de 2018

Pesquisa Qualitativa na  
Educação e nas Ciências em Debate

Do SIPEQ a sócio da SE&PQ:  
torne-se um pesquisador em rede

coleta e emergido como critérios de validação da pesquisa por meio dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

Assim, subverte-se a lógica do que era concebido como ética: em lugar de oferecer ao depoente o acesso à transcrição e negociar com ele ou ela o que pode ou não ser utilizado pelo pesquisador ou pesquisadora em sua análise; o entrevistado ou a entrevistada é instado a dar um consentimento prévio, sem conhecimento do material transcrito, portanto liberando o pesquisador ou pesquisadora para sua incorporação sem qualquer nova mediação ou retorno ao depoente. O efeito perverso não está apenas no recurso a uma transcrição não autorizada, mas também na ausência de qualquer devolução ao entrevistado ou entrevistada que, em geral, passa a desconhecer o resultado final de sua contribuição, como se fosse ele ou ela mais um “dado” da investigação e não um sujeito ativo na construção conjunta com o pesquisador ou pesquisadora do relato apresentado como documento.

#### Referências bibliográficas

BORDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M.H. e AMADO, J. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-192.

DE CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

LE GOFF, Jacques. "Documento-monumento". In: LE GOFF, J. (org.) *Memória-História*. Enciclopédia Einaudi, vol. I. Lisboa: Casa da Moeda, 1984.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto história* (10): 7-28, dez. 1993

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. *Projeto História*, nr, 14, fev. 1997, p. 25-40.



V Seminário Internacional  
de Pesquisa e Estudos Qualitativos

Foz do Iguaçu, 30 e 31 de Maio e 1 de Junho de 2018

Pesquisa Qualitativa na  
Educação e nas Ciências em Debate

---

**Do SIPEQ a sócio da SE&PQ:  
torne-se um pesquisador em rede**

VIDAL, Diana. G. De Heródoto ao gravador: histórias da História Oral. *Resgate*, Revista do Centro de Memória/UNICAMP, Campinas, nr. 1, jun.1990, p. 77-82.

\_\_\_\_\_. A fonte oral e a pesquisa em História da Educação: algumas considerações *Educação em revista*, FAE/UFMG, Belo Horizonte, nr. 27, jul. 1998, p.7-16.